

O PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO: UMA CONCEITUAÇÃO AMPLIADA E APERFEIÇOADA¹

Eduardo Yázigi²

Resumo

Pode existir preservação sem preservação social? Sob quais condições? Em que restritos termos poderia uma paisagem ser considerada patrimônio preservável? Tais problemáticas constituem o fio condutor do artigo que trata do patrimônio ambiental urbano, participação popular e sua preservação.

Palavras Chave: Patrimônio Ambiental Urbano; Preservação; Sustentabilidade.

Abstract

There can be no preservation preserving social? Under what conditions? In strict terms that could be considered a landscape heritage maintainable? These issues constitute the main thread of the article deals with urban environmental equity, popular participation and its preservation.

Keywords: Urban Environmental Heritage; Preservation; Sustainability.

¹ A presente edição foi substancialmente aperfeiçoada e atualizada com acréscimos inexistentes na primitiva versão que levava a seguinte referência: YÁZIGI, Eduardo. “A conceituação de patrimônio ambiental urbano em países emergentes. *GeoLNova*, Universidade Nova de Lisboa, n. 12, p. 65-81, 2006.

² Doutor em Planejamento Urbano. Professor da Universidade de São Paulo, Bolsista Produtividade CNPq.

INTRODUÇÃO

Um objeto urbano só se iguala a si mesmo igualando-se à cidade inteira

Pierre Sansot

Breve comentário sobre o processo de suburbanização

Na sequência da primeira Revolução Industrial, dependendo do país e de sua trajetória histórica, todas as cidades industrializadas conheceram um processo de suburbanização que mais tarde invadiu o interior da própria urbe ‘oficial’. Trata-se do fenômeno que Milton Santos define como duplicação de periferias: uma física e outra social. Em vários casos, o processo de suburbanização se deveu também à displicência ou relaxamento administrativo municipal. Hoje os próprios anúncios imobiliários expressam essa dualidade levada ao extremo: até ruas possuem um “lado nobre” e o “resto”! Como não podia deixar de ser, multiplicaram-se áreas de baixa qualidade ambiental urbana, provocando fuga dos mais ricos para outros bairros. De modo geral, os países de capitalismo tardio apresentam condições semelhantes de urbanização embora os mesmos sinais sejam muito agudos no Brasil.

Várias razões explicam o desleixo urbano ainda em pleno curso. Paradoxalmente, a Proclamação da República não promoveu reformas e programas de inserção social - para o escravo liberto, por exemplo - que justificassem seus pretensos ideais. A predominância do setor agrário, inclusive com a aristocracia rural no mando dos negócios urbanos, só começou a declinar com a industrialização do Estado Novo, cuja avidez do progresso não poupou o pouco avançado durante os processos de “haussmanização” dos grandes centros no início do século XX. Processo, aliás, extremamente distante da proposta do prefeito de Napoleão III cujas reformas foram radicais e decisivas para o que Paris se tornasse o que é hoje. A industrialização do Brasil ensejou importantes normatizações como a Consolidação das Leis Trabalhista, mas descuidou solenemente da idéia de patrimônio. A origem do IPHAN, situada na sequência da arrancada industrial evidencia, justamente, o vandalismo que vinha ocorrendo em várias cidades. Paulo Duarte e Mário de Andrade (um dos principais mentores do IPHAN) tinham o hábito de percorrer os sítios históricos e artísticos na década de 1930, denunciando, já então, vandalismos, roubos de objetos artísticos (por antiquários) e deteriorações devidas a cupins ou umidade.

Muitos fatores vêm se somando ao incremento de desatenção à qualidade urbana: corrupção astronômica: 85 bilhões de reais apenas no ano de 2010 (Revista *Veja* no. 43 de 26/10/11, p. 76 sqq), desviados de investimentos em infraestrutura e de bons planos de urbanismo; predominância de administrações municipais com baixa sensibilidade à forma arquitetônica; corpo técnico consumido pelo gerenciamento imediato, incapaz de pensar em longo prazo; descontinuidades administrativas; ausência de memória do planejamento; crescimento vertiginoso do transporte individual, provocando danos crescentes (deterioração do espaço público, poluição atmosférica & sonora, acidentes, etc.); permissividade inaceitável do padrão de urbanização à beira de rodovias; subordinação da forma urbana ao automóvel; interesses especulativos de empreiteiras, e graves omissões de representações corporativas de arquitetura e engenharia em face de indizível número de edificações esquivas ao longo do tempo, dentre outras razões. O neoliberalismo coroou o processo colocando os negócios acima do cidadão.

Lamentavelmente contamos com alta representatividade social dominada pela cultura do ‘pocotó’ que encarna e propaga atitudes de zombaria divertida. A participação social no interesse da cidade de todos é muito baixa: televisão e, sobretudo futebol subtraem quase que totalmente o tempo que tal cuidado merece. No mais, as condições de vida da maior parte da população, apinhada na promiscuidade de cortiços e favelas, além de milhões de viagens diárias em trens de subúrbio, na intimidade físico-corporal, são fatores que confundem sua distinção entre esfera pública e privada, isso se refletindo nomeadamente nas atitudes do cidadão para com o espaço público. Entenda-se então o quanto os traços culturais devem ser trabalhados no interesse da socialização do urbano. O debate público privado precisa ser urgentemente instaurado, não só por conta do tema em foco, mas em função de incontáveis problemas nacionais.

Expandir a noção de sustentabilidade

O discurso brasileiro do desenvolvimento sustentável tem se limitado a iniciativas setoriais: qualidade do ar e da água; áreas de preservação natural; unidades arquitetônicas sustentáveis, etc. Ainda não se realizou a equação da cidade por inteiro, na ausência do quê as iniciativas setoriais perdem efeitos sensíveis porque só a síntese articulativa é capaz de comandar o todo. No caso, a totalidade urbana fica carecendo do que mais coroa o desejo de sustentabilidade: *a noção de*

ambiência, que como se entenderá mais à frente, *significa e implica em relação!* Antecipando um pouco, as manchas qualificadoras do patrimônio ambiental, multiplicando-se em sucessivos lugares, podem com certeza suprir parte do que uma verdadeira reforma urbana poderia fazer ou mais apropriadamente, ser parte de um processo que aceleraria a humanização e socialização da cidade.

Santorini, Grécia, é considerada a mais sedutora ilha do Mediterrâneo. Até meados do século XX, aproximadamente, reunia um pobre casario, cuja disposição sobre seu relevo montanhoso ainda hoje possui morfologia bastante similar às favelas brasileiras sobre morros: ruas tortuosas que se estreitam, alargam ou desaparecem devido aos acidentes de terreno; rampas, escadarias, casas fora de esquadro e comumente dispostas em diversos níveis; edificações de acabamento rústico – é tudo isso mais sua paisagem marítima considerada ‘deslumbrante’ que justifica seu charme e fama. Sua ocupação ao longo das últimas décadas do século XX e inícios do XXI manteve a morfologia arquitetônica e urbanística original, aumentando o fluxo turístico por sua excepcional beleza. O que garantiu sua ascensão turística foi a melhoria das condições sociais. No Atlântico sul a experiência de início exitoso da Prefeitura do Rio de Janeiro, em associação com o grupo Bauhaus da Alemanha na Favela do Jacarezinho, sob direção de Lu Petersen, deu o primeiro sinal de que é sempre possível melhorar uma casa, uma rua, uma área... *Where is a Will, there is a way*, diz o ditado inglês. Em suma, favelas sobre colinas como as cariocas, podem se converter num privilegiado lugar turístico desde que cuidadosamente tratado sob o princípio de *conjunto*. A paisagem é um dom a mais. O *Estatuto da Cidade* foi criado, inclusive, para recuperação de antigos focos de ocupação humana. O que pode não interessar ao turismo, vale muito mais para o residente.

Sobre as origens da preocupação ambiental urbana

O conceito em pauta já foi objeto de uma publicação (YÁZIGI, 2006) mais pormenorizada do que as curtas definições até então encontradas no Brasil. Como meu entendimento sobre o mesmo me parece mais amplo e passível de equacionar a qualificação de nossas cidades, indispensável ao seu reencantamento, retomo-o aqui com uma abordagem mais enriquecida. Não percamos de vista: o patrimônio acompanha o processo social.

A própria etimologia da noção de *ambiente* nos recorda que este vocábulo expressa, necessariamente, a ideia de *relação* (*do latim amb+ire = ir junto*) que fica assim acertada.

Ambiente, pois, não é nem cenário nem lugar. Quando nos referimos a um ambiente familiar ou de lazer, o que se evidenciam são as relações processadas num lugar específico e não o próprio lugar. Por exemplo, dizemos que fulano se criou num ambiente protestante ou belicoso. Mas tenha-se em conta que a ideia de ambiente nos evoca alguns arquétipos, cujas formas são extremamente variadas. O que não pode acontecer é confundirmos templos religiosos com prostíbulos: a forma desempenha importante papel. Desde então, a já antiga noção de patrimônio ambiental urbano só se torna bem fundamentada se forem consideradas as variadas relações em jogo num patrimônio potencialmente qualificável. A *Carta de Veneza de 1964* expressou que um bem patrimonial perdia muito de seu valor, se preservado apenas na sua individualidade, com significado autônomo. Por esta razão já recomendava a valorização social dos entorno. Não obstante, tal cuidado tem sido mais materializado (se existir controle!) quando novas edificações dialogam com a arquitetura e ordenação urbanística já existente. Cidades muito antigas, europeias em especial, tem se apoiado nessa metodologia – graças à qual se mantiveram muitos conjuntos, embora nem sempre as relações sociais, culturais e econômicas fossem garantidas, como aqui se entenderá à frente. Mas deve ser acrescentado que a *Carta de Veneza* está mais preocupada com o entorno de sítios monumentais, comumente tombados. Conquanto a noção de patrimônio ambiental urbano aqui proposta não precise ser monumental, nem tombada, é o próprio compromisso social que nos insta proteger a sociedade em seu espaço banal.

Lamentavelmente, os serviços nacionais brasileiros (União, Estado, Município), sem poderes suficientes, ou por absoluta negligência, deixaram que nossos patrimônios perdessem ricos sentidos relacionais e se rebaixassem a níveis vergonhosos. Por outra mão, o Brasil tem considerado dignos de preservação apenas bens tombados, *ignorando a universo urbano maior e não tombado: o do espaço banal*. Edward Hall (1973), com sua obra a *Dimensão oculta*, é um dos autores que mais despertam nossa consciência acerca do pequeno. Eis as razões de minha problematização.

Apesar de a *Carta de Veneza* se preocupar com o entorno, notei a que as teorizações existentes têm pouco explorado quais tipos de relação existem e como devem ser considerados do ponto de vista espacial, isto é, atrelados à sociologia urbana. Por igual, cada tipo de relacionamento geográfico deve ser diferenciado, reafirmando sua identidade espacial e/ou outra nova, apoiado em teorias que expressem a realidade brasileira atual. É isto que o presente texto propõe: conscientizar as administrações e estudiosos dessa necessidade imperiosa, em nome da qualidade de vida, pois o

conceito é inseparável do planejamento urbano, em todas as suas dimensões. Nenhuma intervenção de requalificação ou renovação urbana deveria acontecer sem amplos estudos prévios e negociações equilibrando as relações de força. De resto cabe alertar que nossa concepção de patrimônio esteve exageradamente tributária de tempos passados, como se tudo o que é feito no presente não careça de excelências que coloque as novas construções dignas de afirmar seus valores inclusive para o futuro. Construções menos descartáveis são partes da ideologia da sustentabilidade. Vivemos num país vergonhosamente vândalo com o que sobrou de seu passado: isso nos força a procura de excelências que compensem equívocos anteriores.

Peculiaridades da preservação em culturas urbanas menos desenvolvidas

Como em países de cultura urbana desenvolvida as zonas de ambiências costumam ser observadas com mais rigor, *o esforço de conceituação aqui presente acaba sendo peculiaridade metodológica de países que foram desatentos ao seu desenvolvimento*. Mesmo atualmente não conseguimos praticar um planejamento territorial nos moldes do *Town and Country planning* ou do *Aménagement du territoire et plan d'urbanisme*: nosso grau de divórcio entre os diferentes setores de governo é notoriamente díspar. Em culturas urbanas desenvolvidas, pelo contrário, tenta-se cumprir a síntese articulativa e administrativa com rigor incomparavelmente superior nosso. Nunca deveríamos questionar “Como conciliar o desenvolvimento com a preservação”, mas assumirmos que a preservação de muitos fatores é exigência do desenvolvimento. Em contraposição aos desenvolvidos, entre nós *só resta a possibilidade de requalificar fragmentos do pouco que sobrou*, ou que se viram divorciados de suas vizinhanças. Em outras palavras, a revitalização ou renovação se mostram imperativas, mas sem perder de vista a pré-condição de promover inserções, tanto quanto possível. Portanto, diante da dinâmica urbana inevitável só nos resta discutir o sentido das intervenções. Em que valham os esforços de países desenvolvidos, nomeadamente em suas áreas centrais e mais antigas, os últimos tempos tem revelado construções muito aquém do que se pode considerar boa ambiência. Os subúrbios de Roma, um dos vários exemplos europeus, acham-se muito inferiorizado em relação à grandeza de seu centro.

As virtudes biológicas também são patrimoniais, mas escapam do âmbito operacional dos conjuntos: a qualidade do ar ou da água depende da totalidade da gestão territorial, e não apenas de

manchas urbanas circunscritas. Mas os índices toleráveis de decibéis podem ser francamente controlados no interesse de um dado conjunto – especialmente no campo do lazer, modernamente estrondoso.

DEFINIÇÃO

Na realidade, minha definição de patrimônio ambiental vai muito além do entendimento usual, justamente por assumir o significado léxico que lhe concerne. Todo o texto que segue deve ser considerado como uma definição expandida. Para fins de clareza inicial, que situe o leitor diante de uma abordagem nova, centrada no Brasil, resumo sua essência em poucas linhas, como segue.

O patrimônio ambiental urbano é constituído de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e a natureza existente na cidade, regulados por relações sociais, econômicas, culturais e ecológicas, onde o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente. Portanto, ele acompanha o processo social, assumindo todas as modernidades necessárias. É reconhecido e preservável por seus clássicos valores potencialmente qualificáveis: pragmáticos, cognitivos, estéticos e afetivos, de preferência sem tombamentos. Geograficamente, podem se manifestar sob forma de manchas urbanas ou formações lineares, sem limites perenes, mas sempre transcendendo unidades de significado autônomo. O conceito se reporta tanto a um conjunto existente como a um processo em permanente construção, ou seja, patrimônio ambiental deve se configurar como o ser e o porvir.

Exemplos comuns de ambiência: entorno de casarios, templos religiosos, escolas, mercados, cinemas, hospitais, áreas residenciais, cemitérios, etc. Se tomarmos um mercado de peso, seu entorno resulta historicamente co-habitado por atividades paralelas, complementares ou concorrenciais: depósitos atacadistas de produtos agrícolas; fretadores de vans ou caminhões; populações de rua que carregam e descarregam mercadorias; butiques de lembranças se o mesmo for de interesse turístico; população da vizinhança imediata que nele se abastece; pontos de encontro, etc. Significa que possíveis modificações devidas a uma patrimonialização do mercado (virar museu, casa da cultura, etc.) alteram o relacionamento de vida dos que vivem em sua área de ambiência, podendo causar ou não benefício social. Como dito acima, *as intervenções urbanas são inevitáveis restando-nos apenas a possibilidade de debater seu sentido.*

Por igual lógica, áreas de mercado erótico (dependendo da tolerância moral por áreas residenciais vizinhas), onde existam saunas, casas de massagem, produtos erotizante, vestuário temático, etc. podem ser tratadas como conjuntos patrimoniais de interesse preservável se forem potencialmente qualificáveis.

Por outra mão, casos de relações sociais bem assentadas, mas sem valor material, também podem ser dignificados no interesse do que já são, mas que devido a formas materiais inexpressivas não justificam preservar sua arquitetura: valem apenas pelo valor econômico ou sociocultural, o que não é pouco! Pode-se na melhor das hipóteses descobrir nesses conjuntos uma *pedra angular* que justifique ações enriquecedoras que os patrimonializem - um velho galpão, um armazém bem disposto, um episódio histórico notável, etc.

Paisagem é patrimônio?

A paisagem, sendo produto de configurações geográficas notáveis também constitui patrimônio, mas como a sociedade é cada vez mais dinâmica, a preservação se depara com a difícil tarefa de garantir bens que se transformam constantemente, sobretudo em meio urbano: teria de contar com um preciosismo permanente. Como cada intervenção altera a paisagem e, ademais, esta depende do ângulo visual do observador – exige cuidados sob todas as angulações. Como bem entende Milton Santos (2008, p. 89), “O planejamento de boa parte do que está na cidade e no campo poderá ser feito a partir da cidade. Lugar de regulação da atividade agrícola, nela é mais possível reconhecer a mutabilidade frenética a que o campo está subordinado, em função das exigências da globalização”. Como preservar bucólicas paisagens rurais, quando o mercado exige produções conflitantes com uma imagem pré-fixada? Teoricamente, apenas reservas naturais tombadas e controladas conseguiriam manter a paisagem estável – tanto quanto a própria natureza sujeita às suas próprias transformações o permitam... No entanto, a realidade brasileira nos indica que explorações econômicas inescrupulosas, assim como invasões de grupos humanos criam bairros sem qualquer cuidado.

Estranhamente a todas as definições correntes, considero o *vazio urbano* um bem de inestimável valor que, o brasileiro mediano, particularmente, é incapaz reconhecer. Trata-se daquele espaço a ser conservado em toda sua nudez: o transparente que permite apreciar o envoltório, uma

espécie de aura das construções feitas para serem admiradas. Vazio que é radicalmente contra o espírito de entupimento nauseabundo dos espaços públicos brasileiros: excesso de equipamentos e serviços, privatizações injustificáveis, poluição visual, etc. Consagrei ao *vazio*, assim como ao *silêncio*, um longo capítulo do meu livro: *Reencantamento do território: miudezas geográficas em tempo de devaneio*.

Temas de reflexão: pode existir preservação sem preservação social? Sob quais condições? Em que restritos termos poderia uma paisagem ser considerada patrimônio preservável?

O sentido relacional de ambiente

O princípio de relacionamento que julgo importantíssimo de ser introduzido na ideia de ambiência requer fatos evidentes para seu entendimento. As referências acima apontadas sobre renovações e revitalizações urbanas são praticamente universais, mas numa ótica socializante o que importa reconhecer são as variadas relações que contemplam o equilíbrio da cidade, como segue:

- a) *Relações arquitetônicas e urbanísticas*. São as que materializam o presente conceito porque não existe nem cidade, nem patrimônio ambiental sem edificações. Historicamente, heranças lusas e ibéricas, herdadas das Metrôpoles, configuraram todas as colônias com qualidade, nem sempre expressas em tempos republicanos. É o que nos mostram as cidades tombadas: monumentos religiosos cercados de construções singelas que dialogam entre si, honestas em termos de unidade; volumetria, qualidade arquitetônica, etc. Após o processo de industrialização com seu “progresso a qualquer custo” não só se praticou o desmanche de nossa maior herança de cultura material, como nem sempre se soube reconceber ordens urbanas compatíveis com o novo desenvolvimento. A cidade brasileira se tornou um amontoado de ‘cacos’, com poucos espaços sociais bem qualificados como existiam da virada do século XIX, apesar das nascentes favelas. Conviria, então, a partir desses fragmentos, ‘costurar’ o universo de fragmentos citadinos no interesse de um tecido integrador do todo. Não basta as cidades disporem de boas unidades arquitetônicas: é preciso que existam elos coerentes com o uso e organicidade do todo. Não percamos de vista: o discurso sempre precede a cidade!

- b) *Relações do grupo social e do governo urbano um conjunto.* Aqui contam as atitudes grupais em sua relação com um lugar de valor patrimonial. Como respondem às suas virtudes ou incoerências - manutenção ou deterioração progressiva? O que fazem face com imóveis abandonados ao pixo ou ao vandalismo? Existem iniciativas locais por melhorias progressivas? O que fazem para aumentar o sentido do pertencimento? As possibilidades de intervenção grupal são muitas, mas na falta de engajamentos, torna-se comum uma incorporadora adquirir toda uma área a baixo preço, e com o pretexto de sua deterioração renová-la segundo interesses ditados pelo mercado imobiliário. Quando comerciantes se juntam com o objetivo de melhorar o ambiente para auferir maior prestígio e lucro, é mais comum que se concretizem mediante intervenções privadas ou mistas. Comunidades *gays*, por exemplo, estão configurando territórios onde esta identidade se coloca entre as mais expressivas de várias cidades mundiais, como San Francisco, Califórnia.
- c) *Relações de trabalho com o lugar.* Embora os tempos de globalização tenham afastado os lugares de moradia daqueles de trabalho, os negócios ainda permanecem vigorosos e valem por si sós. Seu maior risco está na transformação do conjunto em algo não condizente com a realidade social, como aconteceu com grande número de indústrias que faliram, fecharam ou se mudaram para longe. Ao invés de se tirar proveito de suas grandes superfícies para construção de um conjunto residencial misto e bem equipado com oferta de trabalho e lazer, cede-se facilmente à moda do grande conjunto, dito pós-moderno de alto luxo. *Para excluir as pessoas não é preciso suprimir suas moradias, basta eliminar suas fontes de trabalho.* Essas possibilidades carecem particularmente de cuidados nos lugares tradicionais de pequeno comércio – que ainda não mereceram razoável programa nacional de proteção contra as *grandes superfícies*, ainda razoavelmente controladas em vários países europeus. As fontes de trabalho – um mercado, uma rua comercial ou outra atividade – são tantas que cada caso merece ser estudado no interesse de suas garantias em vista de intervenções urbanas.
- d) *Relações sociais no conjunto.* As movimentações do mundo moderno fazem com que a própria ideia de bairro quase não se sustente mais. *A identidade seja talvez o melhor conceito atual de bairro*, mas as mudanças de endereço são muito mais frequentes, dificultando a construção identitária. Por esta razão *a única forma de garantir o*

pertencimento consiste em qualificar a urbe inteira, para que o cidadão se reencontre na maior parte da cidade, que considere realmente *sua*. Nesta categoria, as relações podem ser de amizade, parentesco, anonimato, cultura e outras expressas de diferentes modos em diferentes lugares que cumpre reconhecer. Por ora, pelo menos, a globalização não liquidou tudo; pode existir predominância de relações bem definidas! Nos casos mais graves, especialmente nos de boa densidade residencial, vias expressas sempre brutalizam o conjunto e exigem respostas contundentes. De fato, quando antigos residentes bem assentados são forçados a se deslocar às periferias, perdem seus laços afetivos ou de sustentação. Ou a resposta dada pela nova intervenção assegura troca compensadora, ou o grupo age politicamente apoiado no *Estatuto da Cidade* – com mais forte razão ainda se o conjunto constituir uma arquitetura banal onde as unidades são de pouco valor, mas o conjunto não – como no Barrio Los Troncos, em Mar del Plata, Argentina.

- e) *Relações de lazer*. Existe uma tendência crescente de várias categorias de lazer se aproximar-se cada vez mais. Saskia Sassen e Frank Roost (1999) demonstraram como áreas de entretenimento nos Estados Unidos estão modificando o próprio urbanismo das cidades. A expressão dominante envolve restaurantes, bares, boates, salões de dança, cinema, teatro e folguedos sexuais. No entanto, essas e outras formas também revelam identidades de pertencimento social, cultural, opção sexual e faixa etária. O grande problema causado por tais manifestações é que a concentração e o desrespeito ao silêncio têm provocado intermináveis queixas junto às polícias comunitárias: até 85% delas, em São Paulo, são contra ruídos. Do mesmo modo, a circulação automotora noite adentro causa distúrbios na vizinhança adormecida. Afora o ruído, já insustentável, resta a discriminação do lazer de idosos em espaços públicos. O grau de civilização de uma cidade pode também ser medido pela densidade de idosos que podem frequentar esses espaços de lazer e as vias públicas. Entretanto na grande metrópole, normalmente policêntrica, as áreas de lazer se proliferam sem critérios bem estudados, causando sérios prejuízos por quase todas as partes. Em revanche, por qual razão o Brasil é generalizadamente avesso à produção de micro jardins para lazer e banhos de sol dos idosos?
- f) *Relações dos habitantes com a natureza urbana*. Esta é uma das questões mais mal resolvidas da cidade brasileira e que nega o suposto desvelo nacional pelos bens naturais:

rios são transformados em esgotos a céu aberto e em depósito de lixo. Além de serem favelizados, parques e jardins urbanos estão progressivamente assumindo características de parques de diversão, ocupados por vendedores de comestíveis, onde as árvores se reduzem a meras decorações. A cidade Universitária da USP está se configurando como um estacionamento gigantesco ornado por árvores. A economia de rapina não cessa de inventar ideias que negam o sentido da proteção ambiental: ‘música ambiente’ (subvertendo o silêncio natural), comércios inoportunos, publicidades, etc. Além disso, árvores são pervertidamente pintadas de branco ao longo de ruas e praças – tanto quanto pedras caídas de muitos jardins públicos.

- g) *Relações do conjunto com o resto da cidade*. O gueto só merece tal denominação quando um grupo é forçosamente confinado numa área. Tal como os palestinos na Faixa de Gaza. Assim, bairros *gays* como San Francisco, lembrado por Manuel Castells, *são agrupamentos de livre vontade*. Os únicos conjuntos (queiramos ou não) que possuem as mais fortes expressões de identidade (material, social e cultural) são favelas: guetos ou não, na medida em que são *invisivelmente* forçados a viver de tal modo. O que se deve notar é que neste caso sim, a relação com o resto da aglomeração urbana é mais do que problemática; torna-se perigosa, sobretudo quando dominada pelos cartéis de droga. De resto, pequenos grupos *punks* não chegam a impedir a circulação, nem chegam a impor suas marcas na cidade (dependendo da vigilância), limitando-as a micro lugares. As marcas – socialmente condenadas que afloram não costumam advir de residentes de um conjunto, mas de indivíduos isolados que se expressam com grafites e pixos em qualquer lugar. Em outras palavras, as relações do conjunto com o resto da cidade se reportam ao grau de adesão e porosidade às normas desta, ao relacionamento ético com os transeuntes, etc.

Se por um lado ainda nos restam núcleos urbanos coloniais tombados – muito mal preservados – seus entornos apontam para alertas que denigrem nossa ideia de paisagem como patrimônio: o orgulho local ou nacional é humilhado pelo subterfúgio municipal de tentar esconder as novas urbanizações, jogando-as, quando podem, para “o outro lado da rodovia”. Enquanto a questão social e o senso administrativo não forem resolvidos face aos valores culturais, e não houver poder de polícia dos órgãos de preservação, não lograremos garantir nem mesmo o patrimônio nacional tombado.

Agnes Heller (1977) esclarece a existência e a importância de um cotidiano imediato onde vivemos, e o estrutural em nível de instituições públicas que regulam nosso território vivido no dia a dia. *Daí a importância fundamental de o cidadão atuar em ambos e não apenas no “paroquial”*. Se surge um buraco na rua, cabe ao usuário lindeiro resolver o mesmo, mas deve, sobretudo, atuar junto a instâncias que devem impedir a repetição da anomalia. Eis porque sempre defendi que todo planejamento possui dois pólos de atuação, e não apenas o tópico, com o qual erradamente nos contentamos. *A consciência planejadora tem de atuar no local e no estrutural simultaneamente.*

As relações exemplificadas acontecem em cidades que sempre têm alguns conjuntos ambientais preserváveis. No entanto, como os estrangeiros sempre notam após visita a uma cidade grande brasileira, a mesma parece agrupar ‘várias cidades’ no interior do mesmo perímetro. Creio que quando a consciência planejadora se der conta que certas manchas bem dotadas são *a priori* traídas por vizinhanças sem caráter, aí sim se terão os dados de uma equação mal resolvida e que não pode ser abandonada.

Espero que esta abordagem sumária sobre a ideia de relação do patrimônio possa suscitar muitos estudos entre pesquisadores sob um duplo sentido. Em primeiro lugar, a convicção de existirem várias outras relações merecedoras de exploração de padrão sociológico; em segundo lugar, como o conceito de patrimônio ambiental urbano implica em operacionalizações, análises específicas se tornam indispensáveis para cada caso em foco. Em outras palavras, como este tipo de intervenção é sem dúvida uma forma de renovação ou revitalização urbana, requer vários outros enfoques práticos. De fato, como tais intervenções são irreversíveis no dinamismo atual, resta-nos a possibilidade de iniciar a equação negociando seu sentido ideológico.

AMBIÊNCIAS: IDENTIDADES SÃO O SANGUE E ALMA DO LUGAR

Algumas formas de ocorrência são quase universais, sobretudo as que se manifestam em torno de instituições de consagrado interesse social e simbólico:

- *Catedrais e paróquias* geram entidades correlatas: casa paroquial, livrarias religiosas, lojas de objetos litúrgicos e paramentos, instituições de caridade, boutiques de souvenir, fotógrafos. Templos de várias religiões possuem vizinhanças específicas;
- *Palácios de Justiça*: são comumente complementados por fóruns, escritórios de advogados, juízes e despachantes; livrarias jurídicas; serviços de fotocópia, faculdades de direito;
- *Universidades e faculdades*: como é natural, se fazem cercar de livrarias, sebos, serviços de fotocópia, restaurantes, escritórios de revisores, tradutores, comércios de bom preço, residências universitárias, etc. Desgraçadamente na realidade brasileira, escolas públicas de ensino fundamental se cercam de traficantes de droga e até de elementos que cobram “pedágio” para alunos ou professores entrarem em seus estabelecimentos;
- *Hospitais*: venda de flores, barracas de santinhos, literatura passatempo, presentes, pontos de taxis, etc.
- *Centros comerciais e de serviços*: presença de várias concorrências e complementaridades, vans e caminhões de carga, estabelecimentos de alimentação;
- *Mercados municipais*: atacadistas, cerealistas, carregadores, feiras adjacentes, vans e caminhões, serviços turísticos, etc. Pode-se afirmar, com absoluta certeza, que mercados se mantêm no imaginário universal desde vários milênios: era e ainda é lugar de certa sociabilidade, do mesmo modo que as feiras ao ar livre;
- *Estações de trem, ônibus, portos*: Hotéis, motéis, bares, restaurantes, ambulantes, prostíbulos, artigos de viagem, carregadores, quiosques de livros, revistas, jornais, etc. – além de presença dominante de segmentos populares;
- *Estádios desportivos*: venda de camisetas, bandeiras, apitos, ambulantes de comestíveis, câmbio negro de ingressos, guardadores de autos, etc.
- *Monumentos, museus, mirantes*: boutiques de souvenir, fotógrafos de rua, serviços de guias, venda de postais, livrarias afins, etc.
- *Cemitérios*: marmorarias, pompas fúnebres, artesanato de bronze, floriculturas, etc.
- *Pontos tradicionais de encontro*: filatelistas, discófilos, zoófilos, músicos, caminhoneiros, desportistas, punks, gays, comércios específicos à frequência, e como não poderia faltar: pontos de “pegação” feminina ou masculina;

- *Praias: points* ‘demarcados’ às vezes com bandeirolas por galeras, ambulantes de petiscos, sorvetes, sucos, chapéus, parasóis, bronzeadores, etc.
- *Zonas eróticas*: saunas, clínicas de massagem, prostituição de rua, cafetões dissimulados, comércio de objetos eróticos, vestuário fantasioso, motéis, casas de *shows*, bares etc.
- *Lugares de grande circulação*: restaurantes, bares, lanchonetes, quiosques diversos, taxis, etc.
- *Casario*: constitui o patrimônio por excelência, de sangue tipo O+ já que deve estar no centro da existência humana, tanto quanto o trabalho.

Note-se que a ambiência congrega e revela as identidades que são o testemunho vivo da comunicação no lugar e de seus valores culturais e socioeconômicos. Por esta razão, as intervenções urbanas brutais dizimam os elos da comunidade. E aí fica uma questão decisiva: como a administração municipal tem equacionado preservação com desenvolvimento? Que segmentos sociais privilegiam?

VALORES PATRIMONIAIS

São todos os que representam valores de preservação na unidade, isoladamente ou no conjunto.

Valores pragmáticos

Todos imóveis, equipamentos, bens naturais e outros que dão suporte à vida nas cidades são pragmáticos. São essas vivências que proporcionam o que Giandomenico Amendola (2000) considera *experiência urbana*, uma das maiores expressões da cidade pós-moderna. Compreendem enorme universo de elementos que podem ou devem ser preservados: um parquinho municipal, uma zona comercial ou um cemitério (para a memória dos vivos), etc. A ser lembrado: a própria etimologia do vocábulo patrimônio (de *pater*, em latim) significa o legado do pai para ao filho, a ser preservado e utilizado em sua vida. Todavia, como o capital é de uma ganância sem limites, a era do descartável faz com que bens plenamente úteis como um abrigo de ônibus - patrimônio municipal - sejam constantemente trocados, desperdiçando recursos, apesar de ainda serem funcionais. Grande número de firmas infla os ouvidos de agentes municipais, procurando impor equipamentos que na maioria das vezes são úteis, mas para seu lucro. Nessa lógica perversa

abandonou-se o bonde, o ônibus elétrico, o trem, a navegação de cabotagem e agora os querem de volta. Lixeiras, orelhões ou marcadores de temperatura e horas são bens cujas substituições nem sempre se justificam, senão para os que os produzem e vendem em quantidades extremamente grandes.

Valores cognitivos

Aqui estamos em presença de um possível conhecimento adquirido graças ao patrimônio. A cognição de caráter erudito passa por pesquisa de várias fontes escritas, pictóricas, arqueológicas e muitas outras processadas com métodos específicos. Em compensação o conhecimento adquirido através do patrimônio ambiental, emana do sensorial, mas só se completa com maior eficácia quando aliado a outras fontes: ciências humanas - história, geografia, sociologia etc.- que analisam justamente os sistemas e por isso conferem mais rigor ao que é subjetivo, mas nem por isso menos importante. Quando temos a chance de vivenciar, um pouco que seja, uma área patrimonial onde múltiplas relações humanas se desenrolam, teremos tido um conhecimento dramático de como outros se resolvem e funcionam. Afinal, por meio da literatura, Jorge Amado com seus livros nos oferece um panorama sociológico da Bahia como jamais um sociólogo foi capaz: porque ele nos dramatiza biografias com arte em áreas geográficas reais. Assim, conferir como artesões vivem de seu trabalho ou tal grupo gerencia um bem comum pode nos sugerir alternativas pessoais ou políticas.

Valores estéticos

Os valores estéticos são muito importantes, mas a história demonstrou que grande parte deles vem sendo negada. Há casos em que um bem vale por sua história ou tecnologia e só por isso merece preservação. Mas de resto, o que o grupo social considera valor estético é fundamental para o conceito de patrimônio. *Estético*, no sentido da etimologia grega quer dizer *sensação*. Quando entramos numa edificação, ficamos sabendo de imediato se é um templo ou um mercado. A boa forma é aquela que melhor materializa sua função!

Infelizmente o valor estético é o mais negligenciado no Brasil, existindo mesmo correntes intelectuais que francamente o ironizam. A indiferença que por ele temos é responsável pelo infortúnio iniciado com o Estado Novo e sua industrialização: *o Brasil é o país mais enfeado do planeta nos últimos setenta anos, não escapando nem nossas sedutoras belezas naturais*. Ora, um cidadão de Firenze ou Roma, que nasce, cresce e presencia o refinamento da arte urbana ao longo

de sua vida; adquire um gosto incomparavelmente superior, por exemplo, daquele que só conhece gigantescos e insípidos conjuntos habitacionais populares. O problema é que não sentimos falta do que jamais conhecemos.

Hoje em dia, no contexto da sociedade massificada, resta-nos uma saída para este cuidado: a estética coletiva nos termos colocados, por exemplo, por Michel Maffesoli (2007).

Valores afetivos

Não podem ser confundidos com preferências pessoais. O amor por uma parte da cidade ou ela inteira varia de cidadão para cidadão, não sendo admissível a administração municipal ficar eternamente cuidando de valores mutantes no tempo e no espaço conforme preferência arbitrária de cada habitante. Não obstante, se considerada a excelência do arranjo urbano, simples, parcial ou total, é bem provável que surja uma resposta populacional positiva. Aí nasce o conceito de pertencimento, um misto de orgulho e satisfação com o lugar, que resulta em afetividade. *O valor afetivo pode ser entendido e medido pela resposta dada pela população do lugar quando bem administrada.* Pode ocorrer de um lugar não ser dotado do menor valor estético e, no entanto, ser amado por razões outras de sua historicidade. Neste caso, a preservação dependerá do dos interesses grupais e do grau funcional dos bens materiais.

O pertencimento ou sua negação resulta da forma como esses valores foram resolvidos ao longo do tempo. Valores individuados só se realizam em micro esferas – urbanas ou domésticas.

NEM TODOS OS BENS SÃO PRESERVÁVEIS

Seria insensato crer que todo bem deva ou possa ser reservado. Na realidade, quando construímos antevemos uma estimativa do tempo que a edificação pode durar, sabendo que num futuro próximo estará geralmente ultrapassada. Tanto quanto possamos, deveríamos imaginar arquiteturas flexíveis, capazes de serem adaptadas em momentos futuros, evitando desperdícios com condenações totais, especialmente quando se prega a sustentabilidade. No entanto, muitas construções se tornam obsoletas, conforme será visto na sequência. Mas não percamos de vista que inúmeros bens da cultura material passada, ainda hoje existentes, passaram por várias adaptações em sua evolução histórica, chegando até nós como "obra acabada", na medida em que as sucessivas partes adicionadas se complementaram formando uma unidade: muitas catedrais atravessaram

séculos de construção, incorporando tempos e estilos diferenciados até serem concluídas. *O que nesses casos garantiu a unidade foi a própria ideia de catedral*. Mas estejamos cientes de uma evidência: do ponto de vista escatológico, todas as coisas terão fim um dia, queiramos ou não.

Dentre as construções mais comumente construídas na efemeridade temos:

- Pavilhões de exposições comemorativas; feiras móveis; circos (cujo patrimônio é transportado); parques de diversão, etc. Mas alguns pavilhões predestinados ao desmonte podem ter seus elementos reciclados em outro lugar. A dita arquitetura pós-moderna é mestra em promover “citações” com fragmentos do que existia no próprio lugar ou alhures, aproveitadas de demolições.
- Acampamentos sociais, motivados por catástrofes naturais, confinamentos políticos em tendas (como em vários países); alojamentos operários durante construções, etc.
- Favelas, salvo algumas bem urbanizadas, são *a priori* excrescências construtivas, impróprias aos direitos do cidadão. Quando muito bem urbanizadas deixam de ser favelas! - isto é, a condição social e funcional anterior é que deve ser sempre considerada efêmera.
- Urbanização equivocada e habitações deterioradas, como são os cortiços, raramente compensam gastos com restauração, mesmo porque, sendo geralmente horizontais, seus terrenos permitiram alojar muito mais gente no mesmo espaço, em construções verticalizadas. O mesmo se pode dizer de certos galpões industriais abandonados, cuja condição atual mostre inviabilidade de reaproveitamento. Por igual, é comum que grandes áreas urbanas, também deterioradas, cujas funções originais desapareceram, não apresentem alternativa melhor do que a renovação. O vício brasileiro irresponsável de permitir que uma rodovia se transforme numa avenida urbanizada se reveste de inconvenientes perturbadores às vizinhanças de ambos os lados: ruídos, poluição atmosférica, alto custo advindo de múltiplas passarelas de pedestres, cisão da organicidade urbana, acidentes mortais por pedestres inadvertidos etc. São casos de difíceis soluções, nos alertando muito mais no sentido de se coibir tais absurdos e procurar uma reurbanização que compense. E nas estradas a serem projetadas, é preciso impedir tenazmente ocupações de ambos os lados, em margens nunca inferiores a 500 metros ou até mais.
- Área de risco – encostas de colinas ou beira rios inundáveis – só podem ser utilizadas mediante altos investimentos tecnológicos. Aliás, o mais comum é que tais áreas quando

ocupadas sejam *a priori* interditadas pelo poder local e pelas disposições dos Códigos ambientais.

- Instituições de ponta - aeroportos, portos, hospitais, laboratórios, bibliotecas etc. - dependem cada vez mais de modernizações, fazendo com que a forma original tenha de ser acrescida ou modificada, variando de caso para caso. Por certo, na ótica deste texto, as adaptações sempre alteram a forma original, mas devem sempre buscar uma versão compatível, caso possam ser considerados patrimônios preserváveis.

Em suma, há bens predestinados para durar somente uma temporada, outros de tal modo degradados que não justificam o custo da restauração. Deve ser notado ainda que se esses bens forem unitários, nem sempre chegam se enquadrar na ideia de conjunto aqui defendida.

Na realidade, o *leitmotif* da patrimonialização é dado pelo valor geral do conjunto construído. Este não existindo, fica-se reduzido às puras relações sociais defensáveis, cujos conflitos devem ser resolvidos por si sós. Se o conjunto não justificar um esforço preservacionista, trata-se de começar do zero, criando patrimônio, assumindo posturas de um país em verdadeiro desenvolvimento; dotando as relações ambientais com características que permitam entender o todo como patrimonial.

O subdesenvolvimento tem como marca fatídica a produção de bens materiais de baixa qualidade e por esta razão sujeitos a substituições compatíveis com ideais melhores.

GLOBALIZAÇÃO E IDENTIDADE

Da paróquia à metrópole

Um fenômeno mundialmente reconhecido, mais notável em países com altos índices de imigração, costuma interferir nos modos de vida do lugar hospedeiro. A partir do último quartel do século XX evidenciou-se progressivo esgarçamento dos antigos bairros, outrora marcados por etnias: italianos, sírio-libaneses, japoneses, alemães, polacos ou ainda regionais do Brasil. Com a metropolização e o incremento dos transportes urbanos, somados à oferta de moradias mais convenientes, em qualquer parte da cidade ou ainda em reurbanizações, novos moradores, com valores diferentes, se juntam aos antigos, alguns desses, por sua vez, em êxodo. O “espírito de paróquia” tende a desaparecer porque os novos estilos de vida e trabalho contemporâneos ensejam

novos arranjos sociais e espaciais. Dentre esses são marcantes: os clubes onde se pratica boa parte da sociabilidade e podem estar situados longe da residência, assim como parentes, amigos ou uma Ong à qual se é afiliado: exigem deslocamentos para serem vividos. A crescente voga de condomínios também isola as pessoas, mas as agrupam segundo alguma identidade, especialmente a econômica e cultural. Ademais, a noção de ambiente já envolve não só o distrito de moradia, como é ainda partilhada com locais de trabalho, estudo e lazer – ou até segundas residências na praia ou no campo. O sentimento de pertença, se existe, pode acontecer em diversas situações geográficas *ou, o que é lamentável, não ocorrer em lugar algum*. As identidades, outrora definidas por certo sedentarismo adquirem novas configurações em outros espaços, dentre os quais alguns já são “maiores de idade”. *Este conjunto de fenômenos nos conduz à necessidade de vivências qualitativas na totalidade da metrópole. Seja talvez este o novo paradigma do sentimento de pertença, afeito ao todo urbano e não necessariamente a uma de suas partes, ou ambos*. As célebres canções celebrizadas por Frank Sinatra – *New York, New York* ou *San Francisco* nos dizem muito sobre espírito de totalidade.

Por certo a identidade é fundamental para qualquer cidadão porque o pertencimento sempre foi a principal mola de compromisso cidadão com o lugar, cabendo *a priori* ao grupo proteger os indivíduos. A cidade grande carece de uma força catalisadora mais eficaz, que assuma responsabilidade sobre a totalidade. Sou da opinião que a identidade, mesmo se existir em níveis paroquiais, deva ser endossada por outra muito mais forte, na mesma ótica modernamente revista por Habermas (2010): o cidadão deve assumir a consciência identitária de que ele não pertence somente ao lugar, mas também a uma instância de caráter inclusive planetário. Em outras palavras, *a característica do residente local já é discutível!* E isso deve ser levado em conta, inclusive, nos discursos que advogam o desenvolvimento sustentável! Em termos de planejamento: é somente através da cidade tratada com qualidade e justiça em sua totalidade que até lugares de frequência esporádica podem despertar pertencimento. Ou há quem ache que a instituição metropolitana e de planejamento não devam cuidar dessa dimensão? Acerca desta abordagem, pode-se igualmente perguntar quantas outras classes de pertencimento (desportivos, religiosos, corporativos, etc.) pesam no balanço final da relação do indivíduo com a cidade.

Recordemos uma milenar ideia de Lao Tse, quando nos ensina que *a casa pertence ao dono, mas sua fachada é de quem olha*. Isto, traduzido em contexto contemporâneo, resvala no presente

conceito de patrimônio ambiental, posto tratar-se de uma relação que implica na qualificação do espaço e da esfera pública: reforça a ideia de que a cidade é do cidadão. Uma proposição que não vai sem sugerir novas posturas administrativas.

Modernidade e patrimônio ambiental

Qual cidade brasileira tem legitimidade para afirmar que está resolvida em sua totalidade? A deterioração, sem falar da pobreza material, é espantosa; os índices de desenvolvimento do país estão a exigir que se eleve de fato a qualidade de vida. Vistas as áreas degradadas e a necessidade de densificação urbana, revitalizações ou renovações são irreversíveis. *Tais intervenções são momentos excepcionalmente privilegiados de se promover melhorias, nos moldes aqui propostos.* E, de uma vez por todas, romper com a ideia arcaica de que só velhas edificações constituem patrimônio (e que sequer essas logramos conservar como conviria). Daí que nos termos da definição exposta, trata-se de construir com qualidade em todas as edificações: patrimônio de hoje para as gerações futuras, na linha da ideologia dada pelo desenvolvimento sustentável. Vale também dizer, que não se pode viver exclusivamente como tributários do passado: *o patrimônio acompanha o processo social.* E devemos realizar que *o verdadeiro moderno é a melhor forma de que o passado chegou até nós.*

VANTAGENS & EMBARAÇOS: PATRIMONIALIZAÇÃO EM EMERGENTES

Os segmentos patrimonializados enriquecem a experiência urbana, porque uma identidade se reafirma ou se tem pronta como no *fast food*: casos recorrentes na pregação do multiculturalismo. Note-se, entretanto, que revitalização ou renovação urbana são ocasiões privilegiadas de equacionar os conflitos sociais, desde que não fiquem à mercê de dominações corporativas de exploração econômica.

Enquanto muitos países passam pelo inconveniente da excessiva museificação, com o risco de eliminar a sinfonia espontânea do burburinho, nos emergentes, por conta da multiplicação de ambientes degradados (que às vezes já nascem assim!), a tal ‘sociedade do espetáculo’ está muito longe ocorrer, pois, a transformação do território consome décadas. Aqui se trata apenas de iniciar

um processo de qualificação urbana com alma. Por ironia, no final da década de 1930 Claude Levi Strauss, residindo no Brasil, expressou seu espanto de como *as cidades deste lado do Atlântico experimentavam a decadência antes de atingir o auge!*

Não obstante a patrimonialização tem seu lado perverso. Em países cujas instituições são de teor socializante, a existência do pequeno (comerciante, residente, usuário etc.) permanece menos vulnerável frente aos grandes monopólios e corporações abusadas. Mesmo aí os pequenos dependem de negociações difíceis entre moradores, associações, promotores, tecno-estrutura e Estado. Cada sociedade, em cada tempo, deve discutir as fronteiras de sua aceitabilidade.

Dentre os principais conflitos contrários ao patrimônio, podem ser elencados: a insensibilidade popular aos valores culturais de primeira grandeza (muitas vezes de seu próprio interesse, como nos demonstrou Sérgio Paulo Rouanet, 1987); a vergonhosa falta de respeito pelas coisas públicas; o relaxamento oficial e privado por negligência ou mau uso dos recursos, além de verdadeiras zombarias manifestas através das formas elegidas.

Viver no patrimônio significa também co-habitar. Enquanto que para visitantes e transeuntes pode ser motivo de curiosidade, deleite, ilustração do espírito, para os residentes pode ocorrer uma relação esvaziada. Parte dessa circunstância é devida ao corpo oficial de “especialistas da produção simbólica”, que via de regra manobram o interesse coletivo, privilegiando apenas os valores das classes ou marcas dominantes.

A valorização do patrimônio recai sobremodo em bens públicos e privados, mas como as políticas públicas e culturais possuem alcance limitado, acabam prevalecendo os interesses econômicos, estéticos e culturais da burguesia desatenta à massa. Assim o ganho social se reduz devido à exclusão, embora se possa contar com inclusões lentas de alto interesse: *o proletário se faz na práxis*, conforme argumentam Edward Palmer Thompson (1987) e José de Souza Martins (2001). Este último defende que *o pobre tem direito sim, a tudo o que é monumental e erudito porque sem essas vivências ele não consegue ser crítico de seu periferismo*. Sábia reflexão.

Finalmente, deve se ponderar em que medida o conjunto patrimonial pode dispor de autonomia, assim como as limitações de qualquer microcosmo: isto é, possíveis conflitos entre um micro sistema localizado e o sistema dominante. Mas já que a reorganização de uma cidade ou região metropolitana costuma se apresentar em nome do interesse econômico e social, nada mais

oportuno do que negociar os entraves aqui apontados como legítimos itens socializantes da própria noção de desenvolvimento oficialmente pregada.

Estímulos nacionais aos pequenos empresários e populações de baixa renda

A aspiração de patrimonializar o ambiente soa inatingível quando se sabe que a restauração de um monumento tombado pode custar fortunas e anos seguidos de empenho. Pode-se então avaliar a quantidade de esforços necessários para um conjunto inteiro que inclui, além das unidades arquitetônicas, dotações para o espaço público, mesmo sem modelos apoteóticos! Mas uma vilazinha bem tratada pode ser muito querida pelo simples fato de ser bem resolvida.

Se nem os países ricos têm condições de preservar por preservar, o que esperar dos menos dotados? Esta questão foi levantada por François Choay (1992) e muitos outros autores: *resulta difícil preservar qualquer bem material se não lhe for atribuída uma função pragmática*. Deste ponto de vista, os vários níveis de governo do Brasil pecam repetidamente. Ignoram que inúmeros serviços podem se tornar pedras angulares de conjunto a serem patrimonializado mediante simples adaptação de um imóvel antigo de modesto tamanho para, por exemplo, escolas, ambulatórios, centros de vacinação, correios, delegacias, creches etc. Nestor Goulart Reis Filhos teve a ideia recuperar pragmaticamente, antigos colégios públicos dos primórdios da República, em meados da década de 1970.

Infelizmente as políticas de inclusão social têm se limitado a filantropias, muitas vezes necessárias, mas não quando pretendem ser formas exclusivas de atuação. Apesar de programas de financiamento aos pequenos, *não basta garantir tal patamar: é fundamental enfrentar os grandes, impor restrições às grandes superfícies (supermercados e similares) e outros oligopólios*. De que adianta o Sr. Juvenal obter financiamento para abrir uma quitanda se um supermercado oferece preços artificialmente menores para derrotá-lo em poucas semanas?

A solução mais oportuna tem sido realizada pela fórmula de cooperativas bem geridas, sejam elas limitadas a uma área geográfica ou a segmentos de pequenos comércios e restaurantes. Ainda que essas iniciativas sejam defensáveis carregam uma triste ironia: numa cidade de recursos consideráveis a excelência da rua devia ser, *a priori*, de atribuição do poder municipal. Somadas todas as taxas e impostos pagos em nome do espaço público – perto de dez – o poder municipal não

tem moral para alegar inexistência de recursos: *ele nos envergonha com seu inadmissível desplante*, mas o cidadão não fica muito atrás com sua falta de engajamento contundente.

E como não podia deixar de ser, tudo dependerá de regulamentações dos três níveis de poder aliada à força organizacional dos cidadãos.

OPERACIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL

Do valor pontual à irradiação territorial

Em coerência com a definição formulada, o patrimônio ambiental urbano pode ser basicamente reconhecido em duas modalidades: enquanto manchas urbanas ou formações lineares. Entenda-se: um bem isolado, mesmo dotado de valor intrínseco, não realiza a completude ambiental se seu entorno se não for igualmente valorizado em termos materiais e sociais; mas isso não significa que deva ser negado. Se assim fosse, nunca se chegaria à ideia de conjunto, *sempre resultante de múltiplas construções acrescidas*. Na origem de qualquer aglomeração humana, em condições normais, as construções se davam habitualmente mediante alguns destaques arquitetônicos: religioso, político, cultural e outros – eram seu patrimônio material, valorizado por serem destaques. São as condições históricas de cada lugar que informam como se passou, ou não se passou da unidade a um conjunto bem resolvido. Ainda em coerência com a definição inicial, visto que o Brasil cresceu desprezando a ideia de ambiente, os bons remanescentes de valor arquitetônico se veem convocados a cumprir certo papel enquanto *pedras angulares*. Isto é, com inevitáveis acréscimos no tempo e no espaço, pois a ideia de ambiente se realiza pelo *diálogo contínuo* entre presente, passado e futuro.

As tentativas de valorização ambiental são lamentavelmente muito reduzidas e se processam em três esferas: privada, pública ou mista. No interesse da vida na cidade, como as iniciativas puramente privadas não costumam ser objeto de financiamento público, cabe ao poder definir uma hierarquia de prioridades municipais de intervenção que ele próprio conduzirá, especialmente a partir dos entornos de bens tombados e priorizando as áreas menos dotadas.

A pedra angular de um valor pré-existente, ou ainda uma construção moderna de excepcional qualidade, na lógica do diálogo solicitado com as que lhe sucederem numa esfera de

influência, tem boa chance de provocar *contágios qualitativos*. Ou seja, a partir de um interesse pontual se passa a um conjunto *patrimonializado* – como costumam demonstrar as boas urbanizações.

A negação do espaço público fortalece o enclausuramento

A criação de instituições intramuros vem desde a Antiguidade, mas sob várias modalidades sua proliferação contemporânea espanta por entrar em contradição com as modernas teorias filosóficas sobre o que seja uma cidade democrática. Em que valham tais ditames, a história recente tem gerado uma proliferação de condomínios residenciais; clubes sociais e desportivos; *resorts*; condomínios de profissões liberais; áreas industriais cercadas, e outras entidades, como Tereza Pires do Rio Caldeira (s.d.) demonstrou em seu estudo pioneiro sobre esse fenômeno no Brasil. Não confundir a valorização de interiores que possa existir intramuros com o interesse primaz da cidade. Mas o valor relacional interior com o resto do mundo é precípua do patrimônio público; interiores e exteriores se realizam na proporção do equilíbrio mútuo que permitem. Grande parte dos atuais microcosmos são respostas dadas ao vergonhoso rebaixamento do espaço público brasileiro. O que mais vale à cidade: seus intramuros ou um espaço público altamente valorizado?

A persistir o fenômeno intramuros, estaremos negando a maioria dos ideais derivados da democratização pela qual tanto se luta. Uma dos modos de superação desse caminho inverso da cidadania está na própria reorganização da cidade, baseado em novas coerências entre forma e função. Na sequência, os principais componentes urbanos que merecem revisão de postura política.

Iniciativas estritamente públicas ou associadas às privadas

Todas as vias de circulação: ruas, alamedas, avenidas, etc. A péssima qualidade inerente à esmagadora maioria do Brasil enseja que *tais vias se tornem o marco fundador de requalificação de toda a cidade*. Multiplicar as vias, especialmente de alta velocidade, significa colocar mais autos nas ruas e assumir o inferno urbano e a deterioração da cidade, como vem acontecendo numa progressão alucinante. No entanto, aprimorar as vias já existentes, nomeadamente nas periferias, é

uma das formas de diminuir a dualidade espacial. Mas as vias não se limitam a revestimentos, e sim de tudo o que comportam também enquanto infraestrutura subterrânea (água potável, esgotos, cabeados, etc.) e serviços utilitários: transportes públicos de qualidade; equipamentos sociais, arborização, etc. O patrimônio inaugural do bairro pobre consiste de dispor de um espaço de vida coerente com as premissas do *Estatuto da Cidade* e mais ainda. As demais construções pela ambiência veem aos poucos na sequência das primeiras intervenções. No entanto, indizível número de vias de circulação urbana não permite solução substancial em curto espaço de tempo. *Daí a necessidade de hierarquizar as vias, indo das principais às secundárias*. A ter em conta que as principais, interligando-se com a totalidade urbana, carecem de tratamento em toda a sua extensão. As experiências com o espaço público suburbano de Bogotá, neste século XXI, demonstraram não só a valorização imóvel dos menos afortunados que lá vivem, como o aumento de seu orgulho – sem o quê não se logra atribuir plenitude à cidadania.

Lugares abertos de permanência específica: praças, largos, parques, jardins, praias, *water fronts*, etc. Cada um desses componentes é passível de grande número de projetos (que já são realizados, mas em geral, mal muito mal). O fundamental é que cumpram as destinações sociais e ecológicas, com o cuidado de não desvirtuá-los com excesso de equipamentos. A priori uma praça não é um parque de diversões, mas um lugar onde se pode desfrutar de um tempo agradável: equipamentos do tipo parque de diversão podem ser alocados em qualquer quarteirão! Nos lugares de permanência vale o florescimento da natureza sem excesso de equipamentos e serviços nesses logradouros.

Instituições semi-públicas de alta frequência. Mercados municipais; centros culturais (especialmente quando financiados pelo erário); universidades; complexos escolares; teatros; cemitérios e muitos outros estabelecimentos valem não só pela função que cumprem, com pelo poder gerador de complementariedades em seus entornos. Por exemplo, salas de espetáculo restauradas em velhos centros assemelham-se a oásis (claro que solitários), na medida em que se cercam de ambiências repulsivas e forçam os frequentadores fugirem da área para encontros, por exemplo, num bar ou restaurante. Mas numa lógica de diálogo com o entorno, a revitalização se torna imperativa – evitando-se ao máximo afastar antigos proprietários ou locatários que já estavam bem situados anteriormente em condições aceitáveis.

Conjuntos de habitação popular. A tristeza ambiental que rodeia esse lócus de vida chega a ser deprimente. Pelo fato de geralmente se situarem em condições periféricas, o que acima se falou para a hierarquização das vias de circulação, pode também ser seu primeiro privilégio: amenidades à porta, no espaço semi-público. Não obstante, o abandono relaxado de seus espaços comuns só pode ser objeto de iniciativa dos próprios residentes mediante associações ou cooperativas. Entenda-se que – por enquanto pelo menos - é dever do Estado suprir populações carentes com moradias e espaço público decentes. O que o poder não pode se permitir é dotar e manter os interiores de interesse privado – paisagismo, por exemplo. A displicência da população com o próprio conjunto que habita é a mesma que se revela no trato do espaço público da cidade: abandono, lixo, equipamentos quebrados, etc. A existência de uma zona comercial num conjunto é obrigatória, especialmente no que é de consumo diário. Na falta de interesse gerencial dos próprios residentes, forâneos ocupam a zona destinada aos comércios e serviços, levando para fora um lucro que poderia ser investido no conjunto além de subtrair alguns empregos entre residentes.

Zonas comerciais da cidade. Desgraçadamente os que mais lucram com os habitantes são os principais autores de inconveniências e enfeamento de cidades. Isto porque o poder municipal e suas câmaras se acovardam não exigindo qualidade ambiental dessa categoria economicamente privilegiada. Por igual as Associações Comerciais são tradicionalmente pusilânimes e antiéticas por não assumirem determinações enaltecidas da convivência do comércio com o conjunto urbano. Melhor argumento para exigir do comércio: que prefeitos e vereadores entendam o significado de ambiência. Nesse sentido vale muito mais eleger perfis políticos comprovadamente competentes, decidido antes das eleições.

Qualquer conjunto expressivo. Esta hipótese repousa sobre conjuntos reconhecíveis como de valor patrimonial – sem tombamento – carentes de adequações, no interesse da imagem da cidade. Dadas as limitações financeiras, o poder municipal poderá assumir a totalidade do financiamento ou em associação com privados. Uma iniciativa que bem conduzida vale como projeto piloto didático, passível de ser reproduzido por contágios espontâneos.

Instituições de garantia à vida. A criação de Unidades de Conservação foi tão heróica quanto incosequente. Centenas delas, dotadas de modalidades de uso definidas por lei, continuam vergonhosamente sem planos de manejo, dominadas por interesses corporativos ameaçadores. O desvirtuamento das premissas de sustentabilidade nega sua razão de ser: cabe ao conjunto da

sociedade assumir ações rápidas e contundentes. Reservas, especialmente as próximas de ocupações humanas, também completam a ideia de conjunto ambiental. Ademais, como muitas unidades tocam diferentes municípios ou estados cabe, conforme o caso, ao governo estadual ou federal decretar instâncias de *planejamento regional* - obrigatoriamente.

Bens tombados. A Ladeira do Pelourinho, Salvador, Bahia, constitui um dos exemplos mais conhecidos. Tenhamos em mente que o valor do patrimônio ambiental deve acompanhar o processo social, isto é, incluindo a dimensão do tempo. Este e outros casos carecem de ser socialmente entendidos, respondendo à pergunta: a que interesses o bem se mostrou fiel e como sua manutenção se comportou através do tempo? Não percamos de vista que o esforço de patrimonialização ambiental também é uma operação de revitalização urbana. Outro item de avaliação: sua restauração contou com princípios absolutamente criteriosos ou, pelo contrário, se rebaixou, introduzindo, por exemplo, cores ou complementos construtivos modernos, reconhecidos como alienantes ou de mau gosto?

ENFIM,

Casos bem sucedidos de conjuntos patrimonializados, geralmente tiveram como autores comerciantes reunidos, ou residentes de uma única rua, ainda que numa escala insignificante. Paradoxalmente, o comércio desavisado, centrado unicamente no próprio lucro, constitui o segmento que mais deprecia a cidade: *as zonas comerciais, centrais em geral, só não ganham de favelas em questão ambiental.* Os conjuntos residenciais ricos acontecem em condomínios fechados de casas e/ou apartamentos, concebidos por incorporadores, compostos de ingredientes que se repetem: jardins e bancos, chafarizes, coretos, estátuas, praça de esportes, segurança monitorada, etc. Faz parte do espírito pós moderno compor conjuntos residenciais *à la carte* – lembremo-nos outra vez que suas fórmulas são uma resposta ao que a cidade não mais consegue oferecer com suas políticas públicas. Não é este o ideal urbano que grandes filósofos e teóricos almejam, e muito menos a idéia central da presente clivagem temática.

Restam conjuntos populares de causar depressão cósmica: milhares de casas ou apartamentos, repetidos, sem variações, nas cidades que os abrigam. No entanto, mesmo nesses casos angustiantes, pode se perguntar por qual razão milhares de residentes não tomam a mínima

iniciativa, em benefício próprio e até no interesse de sua própria renda. Luis Karklis (2000) analisou um desses conjuntos na periferia de São Paulo: vários edifícios, centenas de apartamentos, cujas áreas livres comuns acumulam lixos e ratazanas. Mediante simples cotização (e alguns empregos proveitos financeiros para residentes) poderiam dispor de creche, quadras de esporte, salão de festas, centro comercial de produtos de consumo obrigatório – padaria, açougue, quitanda, conserto de roupas, sapataria, lanchonete, mercado, jornaleiro. Uma central de trabalhadores para o próprio conjunto: pintores, eletricitas, babás, etc. vários tipos de relações seriam criados e um bom paisagismo concretizado com valorização substancial dos imóveis. Na falta de iniciativas locais, estranhos ao conjunto passaram a explorar os negócios elencados, retirando renda e benefícios que poderiam ficar para os residentes. Este fato histórico, como um silogismo, permite uma conclusão desconcertante: *em que termos esperar participação popular nas decisões que incidem na cidade, se nem em sua casa o homem comum consegue imaginar soluções e cuidar de um simples microcosmo?* Mediante quais valores esperar dele participação em nível da cidade em que vive? Este dado requer que a teorização sobre participação seja muito bem repensada.

Residentes sem iniciativas e lideranças comunitárias. É óbvio que sob tais condições os conjuntos a serem patrimonializados não passam de miragens. E, no entanto essas realizações são plenamente viáveis e não precisam acontecer de uma vez só. Por outro lado, desde que se concretize um belo exemplo piloto, com custos e benefícios demonstrados, pode-se talvez esperar que a ideologia da participação realmente se efetive e motive outros grupos. Se os cidadãos não quiserem trabalhar em causa própria, que outras causas poderão conchamar sua tão desejada participação? Na *marra*? Pense-se também no tempo, ao longo do ano todo, que o futebol subtrai dos interesses vitais.

ASSIM COMO AS RESERVAS DA BIOSFERA SÃO EXCELÊNCIAS PARA A VIDA, OS TERRITÓRIOS DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANOS SÃO RESERVAS DE CIDADANIA E CIVILIDADE.

BIBLIOGRAFIA

- AMENDOLA, Giandomenico. *La ciudad postmoderna*. Madrid: Celeste Ediciones, 2000.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, s.d.

CHOAY, Françoise. *L'allégorie du patrimoine*. PARIS: Seuil, 1992.

HABERMAS, Jürgen. *An awareness of what is missing: faith and reason*. Cambridge: Polity Press, 2010.

HALL, Edward T. *La dimension oculta. Enfoque antropológico del uso del espacio*. Madrid: Instituto de Administracion Local, 1973.

HELLER, Agnes. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1977.

KARKLIS, Luis Roberto. *Modo de vida em um conjunto habitacional. As relações na construção e reconstrução do espaço com participação comunitária: o caso DCHU – Butantã*. TGI, DG-USP, 2000.

MAFFESOLI, Michel. *Le réenchantement du monde. Une éthique pour notre temps*. Paris; La Table Ronde, 2007.

MARTINS, José de Souza. Depoimento. *Espaço & Debates*, n. 42, 2001, p. 74-84.

ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 124-146.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnicas e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Edusp, 2008.

SASSEN, Saskia; Roost, Franck. The city: strategic site for the global entertainment industry. In: JUDD, Dennis R.; FAINSTEIN, Susan S. *The tourist city*, New York: Yale University Press, 1999, p. 143-154.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, v. 1, 1987.

YÁZIGI, Eduardo. *Civilização urbana: planejamento e turismo. Discípulos do amanhecer*. São Paulo, Contexto, 2003.